

PREGÃO ELETRÔNICO SRP FMS Nº 07/2023

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, sediada à rua Visconde de Sepetiba 987, 8º andar – Centro – Niterói, realizará através de sua Comissão Permanente de Pregão, licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com regime de execução por preço unitário, do tipo menor preço e critério de julgamento por LOTE, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n. 9.642/2005, de 31 de agosto de 2005, do Decreto Municipal nº 10.005, de 08 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 11.117/2012, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Municipal 2.849/2011, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA: 16/11/2023

HORÁRIO: 10 HORAS

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

EMAIL: comissaocppsaude@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação da Ata de Registro de Preços, pelo período de 12 meses, para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA EXAMES DE BIOQUÍMICA, EXAMES DE TESTE ORAL DE TOLERÂNCIA À GLICOSE, HEMATOLOGIA E URINÁLISE POR METODOLOGIAS DIVERSAS, DESCRITAS NAS ESPECIFICAÇÕES DE CADA LOTE, ALGUNS COM COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EM REGIME DE COMODATO, A SEREM INSTALADOS NOS LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA MIGUELOTE VIANA, LABORATÓRIO DA POLICLÍNICA DO LARGO DA BATALHA, LABORATÓRIO DA POLICLÍNICA DO BARRETO JOÃO DA SILVA VIZELLA, LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY, LABORATÓRIO DO HOSPITAL ORÊNCIO DE FREITAS E LABORATÓRIO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MÁRIO MONTEIRO**, conforme as especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência).

1.2 Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá(ao) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa.

1.3 A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse

1.4 O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para o lote: **5**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I da Lei

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3 Será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos as Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8 que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do lote;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos dos artigos 71, inciso IX e 75 da Constituição Federal, bem como o art. 125, inciso VIII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6.7 Qualquer divergência observada entre o descritivo do item(s) no sistema portal de compras do governo - comprasnet e o descritivo do termo de referência, prevalecerá o constante no termo de referência.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e total do lote.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 % (hum por cento), considerando que as disputas são pelo valor unitário de cada lote.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015 e pela Lei Municipal nº 2849, de 2011

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1 no País;

7.26.2 por empresas brasileiras;

7.26.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.2.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.9.2 Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

9.9.2.1. No caso excepcional, da certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói não ser fornecida do modo como requerido no item anterior, poderá o licitante declarar, facultativamente, sob as penas do art.86 da Lei nº 8.666/93, que não é contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói, conforme modelo do Anexo IV.

9.9.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos.

9.9.3.1 À microempresa e empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, para a regularização da documentação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da administração pública.

9.9.3.2 A não apresentação no prazo estipulado implicará na decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81 da lei 8.666/93.

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1 Para fins de comprovação de qualificação econômico financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for cediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

c) Comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (Hum por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.11.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I- Atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;

II- Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando a atividade assim o exigir;

III- Autorização de funcionamento (AFE), comum e/ou específica, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

IV- Os licitantes deverão apresentar todos os Certificados de Registro dos Produtos e Insumos que por ventura constarem neste certame, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O registro é o que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, dada pela Anvisa. Para que os produtos sujeitos à fiscalização pela vigilância sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor(es) valor(es) cuja(s) retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou rasuras, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE COMPROMISSO

14.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.2 A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao(s) licitante(s) vencedor(es), dentro do prazo de validade da sua proposta.

14.3 Após a convocação mencionada no item anterior, o(s) licitante(s) terá(ão) o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, para assinar(em) a Ata de Registro de Preços.

14.4 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da(s) licitante(s).

14.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.

14.6 Nesse caso, o pregoeiro convocará o segundo colocado para, nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/00, propor a assinatura da Ata nos termos da proposta vencedora.

14.7 Caso o segundo colocado não aceite firmar a Ata nos termos da proposta vencedora, será facultado ao Município de Niterói analisar a oferta deste e das subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ou revogar a licitação.

14.8 O licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

14.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.10 As quantidades mínimas informadas neste Edital são meramente estimativas, elaboradas com base na demanda prevista, não vinculando a Administração a adquirir integralmente os quantitativos mínimos previstos no Termo de Referência do Edital.

14.11 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

14.11.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

14.12 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.13 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

14.14.1 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

14.15 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

14.16 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

14.16.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

14.17 Considerando o regime de Sistema de Registro de Preços, as quantidades constituem mera estimativa, não constituindo, em hipótese alguma, compromissos futuros para a FMS, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

15 DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Ao preço do 1º colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial de publicação dos Atos Oficiais da Prefeitura de Niterói e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) quando das contratações decorrentes do registro de preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata de Registro de Preços
- c) os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

15.2 - Excepcionalmente, a critério do Órgão Gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidades ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

15.3 O Órgão Gerenciador realizará, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação e verificar adequação dos valores registrados em Ata. Na hipótese de o valor registrado se mostrar superior ao de mercado, aplicar-se-á o disposto nos subitens 16.2 e 16.3.

16 DA REVISÃO DOS PREÇOS

16.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

16.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) - convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.6 Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial.

17 – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 O prazo de validade de Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a 12 meses, contados a partir de sua publicação na imprensa oficial, computadas neste período eventuais prorrogações.

17.2 Os contratos resultados do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

17.3 É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, parágrafo 4º da Lei 8666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 meses, na forma do subitem 17.1

18 DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 A Ata de Registro de Preço, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto municipal nº 10.005/06 e na Lei nº 8.666/1993.

18.2 Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preço, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem registrados, obedecida a ordem de classificação.

18.3 Caberá ao fornecedor do material beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, nas quantidades registradas em Ata, Comissão Permanente de Licitação desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E ÓRGÃOS ADERENTES

19.1 Não serão consideradas para a licitação a possibilidade de órgãos participantes ou aderentes.

20 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

20.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

20.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

20.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado.

20.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

20.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

20.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

20.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

21 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 O prazo de entrega dos itens descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto será de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da nota de Empenho.

21.2 A entrega deverá ser realizada no horário das 09:00h às 12:00h e 13:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira, Tel. 2710-3235 e de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93.

21.3 O recebimento dos reagentes será realizado no ALLAB – Almoxarifado de Laboratórios – Avenida Ary Parreiras s/nº - Praça Vital Brasil - Santa Rosa – Niterói.

21.4 O recebimento dos equipamentos será feito nas unidades conforme descrição abaixo:

- **Para o Lote 1: TOTAL DE 9 EQUIPAMENTOS**

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brasil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

1 EQUIPAMENTO: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga
2 EQUIPAMENTOS: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

• **Para o Lote 2: TOTAL DE 3 EQUIPAMENTOS**

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

1 EQUIPAMENTO: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

• **Para o Lote 3: TOTAL DE 11 EQUIPAMENTOS**

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

• **Para o Lote 4: TOTAL DE 6 EQUIPAMENTOS**

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida Machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

1 EQUIPAMENTO: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

1 EQUIPAMENTO: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

1 EQUIPAMENTO: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

21.5 O acompanhamento da execução do contrato será realizado pelos servidores:

PARA O LOTE 1, 2 e 3:

- Claudio Manoel da Silva – Chefe do Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha- mat. FMS 435.494-0
- Maria de Fátima Rohen Araujo – Chefe do Serviço de Patologia Clínica do Hospital Municipal Carlos Tortelly – mat.FMS. FMS 434-087-3

PARA O LOTE 4:

- Robertha Serique Baptista- Chefe do Laboratório da Policlínica João Vizella - mat. FMS 437.498-1
- Julio Queiroz Filho Chefe do Serviço de Patologia Clínica do Hospital Municipal Orêncio de Freitas - mat. FMS

PARA O LOTE 5 :

- Claudia Nascimento de Oliveira – Chefe Administrativo do LMV - mat. FMS 436.185-3
- Claudio Manoel da Silva – Chefe do Laboratório do Largo da Batalha- mat. FMS 435.494-0

21.6 É imprescindível que as datas e os horários da entrega sejam comunicados a Unidade Solicitante, por escrito, com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas úteis.

21.7 Em relação ao interfaceamento dos equipamentos com o sistema de informação laboratorial, este deverá ser realizado num prazo máximo de 15 dias após instalação do equipamento;

21.8 Os equipamentos deverão ser instalados 10 dias antes da entrega de reagentes (logo após a liberação do empenho), referente à 1ª solicitação de retirada de ATA dos reagentes e poderá ser retirado quando do término do estoque destes insumos, sendo que a entrega dos reagentes deve respeitar prazo máximo de 10 dias corridos após a liberação do empenho;

21.9 Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens de fábrica, sempre que for o caso, de forma a manter sua integridade e não serem danificados durante o transporte.

21.10 As embalagens de fábrica deverão vir com todos os itens que acompanham a caixa dos originais.

21.11 O recebimento do objeto será realizado de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

a) Provisoriamente: Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Conformidade e será realizado no ato da entrega dos itens no ALCEN – Almoxarifado Central da Fundação Municipal de Saúde.

b) Definitivamente: Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Aceitação, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do Recebimento Provisório, após verificada a conformidade com as especificações correspondentes ao Termo de Referência deste Edital, com a conseqüente aceitação e/ou recusa.

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas na ata de registro de preço;

22.2 Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente Edital e da Ata de Registro de Preços;

22.3 Exercer a fiscalização do contrato;

22.4 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital, na ata de registro de preço.

23 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados na nota de empenho, na presença de servidor devidamente autorizado;

23.2 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

23.3 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

23.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

23.5 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

23.6 A empresa vencedora fica na obrigação de oferecer treinamento ao usuário do equipamento quando o mesmo nunca tiver sido utilizado pela rede ou quando for necessário, sendo para isso, fornecidos todos os insumos necessários por parte da contratada, exclusive a quantidade licitada;

23.7 Caso seja necessário, a(s) empresa(s) vencedora(s) dos lotes 1 e 3 deverá(o) ficar responsável(veis) pela manutenção das condições de climatização do ambiente compatível com o consumo em BTUs do equipamento, a fim de garantir a reprodutibilidade dos testes, bem como garantir a qualidade dos reagentes e a segurança do próprio equipamento;

23.8 A empresa vencedora deverá oferecer Assistência Técnica com cronograma de manutenção preventiva, realizado por profissionais qualificados e devidamente cadastrados em conselho de classe, efetuando as eventuais substituições de peças, e deverá disponibilizar juntamente com a instalação do equipamento, manual de operação impresso em língua portuguesa;

23.9 A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) LOTE(S) deverá atender aos pedidos de manutenção corretiva com urgência em um prazo máximo de 24h e, quando for necessária a troca de peças, em um prazo máximo de 72 horas para execução do serviço e deverá ter Assistência Técnica sediada próxima da cidade de Niterói – RJ, a fim de que possam garantir o atendimento no tempo solicitado. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá prestar atendimento da manutenção corretiva nas **Unidades Hospitalares e de Emergência** num prazo máximo de 6 horas a partir da solicitação (incluindo sábados, domingos e feriados) e com troca por outro equipamento, caso o tempo de manutenção ultrapasse o prazo de 24 horas.

23.10 A empresa deverá fornecer o Protocolo de Biossegurança do equipamento bem como a apresentação da ficha de informação de biossegurança dos produtos químicos utilizados na realização dos testes;

23.11 A(s) empresa(s) vencedora(s) dos lotes 1, 2 e 3, que tem instalação de equipamentos:

- Deverá(ão) ficar totalmente responsável pelo sistema de Interfaceamento bidirecional dos equipamentos com o sistema informatizado que estiver funcionando à época do Pregão, atualmente sistema de informação laboratorial (SIL) COMPLAB, permitindo a interface dos resultados obtidos direto do programa. Suporte total do interfaceamento, com a colocação de um computador com monitor em LCD, NO BREAK com capacidade para suportar quedas de eletricidade ou falta de energia por mais de 1h, a colocação de uma impressora de código de barras (impressão térmica), em cada Unidade, para impressão das etiquetas de identificação de amostras, e demais periféricos assim como todos os insumos e acessórios necessários ao total funcionamento do serviço, num prazo máximo de 15 dias após instalação do equipamento;
- Considerando que os equipamentos devem ser munidos de impressora externa à laser, embora intrínseca ao sistema, firma vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para seu funcionamento: papel para impressora (A4) e toner suficiente para impressão de todos os dados brutos.
- Para atendimento dos protocolos de Biossegurança regidos pela RDC 302/2005, empresa deverá fornecer todos os insumos necessários para o tratamento do esgoto gerado pelo equipamento, em quantidade compatível ao número de testes e em período a ser definido com cada um dos Laboratórios;
- Todos os insumos necessários para funcionamento do equipamento deverão ser fornecidos pela empresa vencedora: cubetas de reação, cubetas de amostras, frascos de reativos, etc.;
- Reagentes que apresentem facilidade de contaminação, alheias ao manuseio, identificadas pelos responsáveis técnicos, serão relatados em Formulário de Não Conformidade e deverão ser repostos pela empresa, sem ônus ao contratante;
- No caso de atraso no conserto e extrapolação do prazo determinado em 100% do tempo (48 horas), a empresa ficará responsável pelos custos de encaminhamento dos exames para algum outro local que possa executar com qualidade os

exames prejudicados com a falta do equipamento, dentro dos prazos estabelecidos nos protocolos internos de liberação de laudos, afim de que não haja prejuízo para os usuários da rede pública de Niterói;

- A empresa deverá fornecer o Protocolo de Biossegurança do equipamento bem como a apresentação da ficha de informação de biossegurança dos produtos químicos utilizados na realização dos testes;

23.12 Em razão da necessidade de produção de água reagente Grau 1, em cada Unidade, a empresa vencedora do Lote 1 deverá instalar uma estação de tratamento de água por metodologia de osmose reversa, devendo possuir total suporte, como: troca de filtros e todos os acessórios necessários para sua instalação, bem como possuir monitoramento da qualidade da água (Condutivímetro), vir acompanhado de guia rápido e manual em português;

23.13 Reagentes que apresentem facilidade de contaminação, alheias ao manuseio, identificadas pelos responsáveis técnicos, serão relatados em Formulário de Não Conformidade e deverão ser repostos pela empresa, sem ônus ao contratante;

23.14 Serão devolvidos todos e quaisquer produtos que apresentem validades inadequadas e em desacordo com o solicitado, assim como outras exigências de qualidade e cuja especificação esteja em desacordo com a Ata de Registro de Preços.

23.15 A empresa vencedora do Lote 3 (Hemograma Completo), deverá oferecer todos os calibradores e sangues-controle necessários a fim de garantir a qualidade da reprodução dos testes, e em quantidade suficiente p/ avaliação diária dos parâmetros em 3 níveis, (alto, normal e baixo) **exclusive** a quantidade de testes adquiridos, bem como atender as normas da RDC 302/98;

23.16 Os equipamentos oferecidos nos Lotes 1, 2 e 4 não poderão ter mais de 5 anos de uso, comprovados através de Nota Fiscal, e deverá estar em linha de produção, de modo a ter disponibilidade de peças de reposição originais, quando necessário.

23.17 Os equipamentos oferecidos nos Lotes 3 não poderão ter mais de 2 anos de uso, comprovados através de Nota Fiscal, devendo estar em linha de produção, de modo a ter disponibilidade de peças de reposição originais, quando necessário.

23.18 Os equipamentos deverão ser instalados imediatamente após a liberação do empenho referente à primeira solicitação de retirada de ata, anteriormente ao dia da entrega dos reagentes, e poderão ser retirados quando do término do estoque destes insumos.

24 DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

24.1 O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 6.585.888,87** (seis milhões quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

24.2 O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando a Fundação Municipal de Saúde de Niterói a utilizá-lo integralmente.

25 DO PAGAMENTO

25.1 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 1.600.50 / 1.600.99 / 1.621.50 / 1.621.99 / 1.704.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.302.0133.6156

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

25.1.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

25.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, em parcela única ou de modo parcelado, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, contado do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

25.2.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

25.3 A(s) Nota(s) Fiscal(s) Eletrônica(s)¹ – NFeI(s)/Fatura deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pelo MUNICÍPIO de NITERÓI na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

25.4 Ficam excluídos da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal eletrônica Inteligência – Nfel, os seguintes contribuintes:

a) contribuintes profissionais autônomos que tenham o recolhimento da ISSQN efetuado através de tributação fixa;

¹ A Nota Fiscal eletrônica Inteligente – NFeI será emitida por meio da Internet no endereço eletrônico WWW.niteroi.rj.gov.br ou WWW.webiss.com.br/rjniteroi, mediante a utilização de senha e login fornecidos aos contribuintes durante o procedimento de cadastramento eletrônico, na forma regulamentada neste Decreto.

b) contribuintes pessoas físicas optantes pelo Regime Tributário do Simples nacional qualificados como Microempreendedor Individual – MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas.

c) bancos e instituições financeiras, autorizadas pelo BACEN.

25.5 A(s) NFel(s)/Fatura deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

25.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

25.7 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) de acordo com o empenho gerado no ato da contratação, em favor da Fundação Municipal de Niterói.

25.8 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

25.9 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Município de Niterói isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

25.10 Já estarão retidos na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

25.11 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

25.12 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC – Índice de Preços no Consumidor e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

26 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES.

26.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

e) Descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

26.2 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

26.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 26.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 26.1, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 26.1, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

26.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 26.1:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

26.5 Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

26.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 26.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.
- 26.7** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 26.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.
- 26.8** A reabilitação referida pelo item 26.6 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 26.9** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.
- 26.10** Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 26.1, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 26.11** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 26.12** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.
- 26.13** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 26.14** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- 26.15** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 26.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.
- 26.16** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- 26.17** Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:
- suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
 - impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).
- 26.18** As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.
- 26.19** Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 26.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.
- 26.20** Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação da multa.
- 26.21** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

27 CLÁUSULA ANTI-CORRUPÇÃO

27.1 DISPOSIÇÕES ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO: *As partes* declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, assim como todas as convenções e tratados internacionais anticorrupção dos quais o Brasil é signatário, denominadas em conjunto “Leis Anticorrupção”, e se comprometem a observá-las fielmente, *por si e seus prepostos, sócios, administradores e colaboradores*, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

27.1.1 As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, assim que tiver conhecimento, sobre qualquer atividade ou prática que suspeite ou efetivamente constitua um indício ou uma infração aos termos das Leis Anticorrupção e/ou Política Antissuborno e Corrupção.

27.1.2 A CONTRATADA desde já se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de

corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

27.1.3 No tocante às licitações e contratos licitatórios, as partes declaram que: **(i)** não frustraram, fraudaram, impediram, perturbaram, frustraram, fraudaram, impedirão ou perturbarão o caráter competitivo e a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, licitação pública ou contrato dela decorrente; **(ii)** não afastaram ou afastarão, procuraram ou procurarão afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; **(iii)** não criaram ou criarão de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitações públicas ou celebrar contratos administrativos; **(iv)** não obtiveram ou obterão vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e **(v)** não manipularam, fraudaram, manipularão ou fraudarão o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

27.1.4 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA ocorridas no contexto e com ligação ao presente contrato, devidamente apurado em sede de processo administrativo específico e/ou com decisão judicial condenatória em segunda instância, será considerado uma infração grave a este contrato e conferirá à parte inocente o direito de rescindir imediatamente o presente contrato, além da aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, bem como o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

28 CLÁUSULA DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

28.1 POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (com redação dada pela Lei nº 13.709/2018), as partes se obrigam a respeitar a privacidade uma da outra, comprometendo-se a proteger e manter em sigilo todos os dados pessoais fornecidos uma da outra, em função deste contrato, salvo os casos em que sejam obrigadas, por autoridades públicas, a revelarem tais informações a terceiros.

28.1.1 Nos termos do art. 7º, V, da LGPD, a **CONTRATADA** está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais do **CONTRATANTE** e, com base no art. 10º, II da LGPD, que trata de legítimo interesse do cliente, poderá armazenar, acessar, avaliar, modificar, transferir e comunicar, sob qualquer forma, todas e quaisquer informações relativas ao objeto desta contratação, onde, referido tratamento de dados será realizado unicamente em razão da prestação de serviços.

29 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

29.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

29.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

29.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

29.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 13 do Decreto Municipal nº 10.005/2006.

30 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

30.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail comissaoocppsaude@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Fundação Municipal de Saúde, situada à Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – departamento de licitação.

30.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

30.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

30.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

30.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

30.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

30.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

30.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

31 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

31.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

31.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

31.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico comissaocppsaude@gmail.com, no site da Fundação Municipal de Saúde e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Visconde de Sepetiba, 987 – 8º andar – Centro - Niterói, nos dias úteis, no horário das 10 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

31.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.12.1 Anexo I- Termo de Referência do Objeto.

31.12.2 Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

31.12.3 Anexo III– Modelo Proposta de Preço.

31.12.4 Anexo IV – Termo de Comodato

31.12.5 Anexo V – Declaração de não contribuinte de ISS e Taxas Municipais

Niterói, 28 de setembro de 2022

ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER
Presidente da FMS - Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 Este Termo de Referência tem por objeto estabelecer as condições para fornecimento de **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA EXAMES DE BIOQUÍMICA, EXAMES DE TESTE ORAL DE TOLERÂNCIA À GLICOSE, HEMATOLOGIA E URINÁLISE** por metodologias diversas, descritas nas especificações de cada lote, alguns com colocação de equipamentos, em regime de comodato, a serem instalados nos Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana, Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha, Laboratório da Policlínica do Barreto João da Silva Vizella, Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly, Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas e Laboratório da Unidade de Pronto Atendimento Mário Monteiro, conforme descrição técnica.

1.2 Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá(ao) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Este Termo de Referência visa à compra de reagentes para realização de Exames de **Bioquímica Básica, Teste Oral de Tolerância à Glicose, Hemograma Completo e Exames para Urinálise (EAS)** no auxílio diagnóstico de diversas patologias clínicas, crônicas e agudas e acompanhamento de terapêuticas.

A colocação de equipamentos em regime de comodato se dá em razão da nossa rede pública e não dispor de equipamentos próprios para tal finalidade e estes exames serem processados em metodologias totalmente automatizadas.

Com relação aos exames de **Bioquímica LOTE 1**, estes incluem conjunto de exames que permitem avaliação global da fisiologia da pessoa, monitoramento de certas funções metabólicas ou do estado funcional de conjuntos de órgãos, tais como monitoramento da Glicemia, do perfil lipídico e outros;

Com relação ao exame de **Hemoglobina Glicada LOTE 2** este é capaz de medir o índice glicêmico no organismo, ou seja, os níveis de açúcar presentes no sangue. O exame serve para controlar o diabetes já existente e para diagnosticar a pré-diabetes e diabetes de pacientes que ainda não sabem que têm a doença;

Com relação ao exame de **Hemograma Completo LOTE 3**, este está relacionado na avaliação da quantidade e forma dos elementos celulares do sangue. É o exame complementar diagnóstico do paciente (ambulatório e emergência) mais requerido nas consultas, bastante solicitado pelos médicos para confirmar ou indagar um diagnóstico, por exemplo, distúrbios como anemia, doenças autoimunes, leucemia e doenças infecciosas, sendo uma triagem muito útil que fornece informações valiosas sobre o paciente, muitas vezes tomadas como ponto de partida para a maioria das investigações médicas. Também serve para monitorar algum tratamento que está sendo feito pelo paciente ou apenas para a saúde e se há alguma alteração no organismo do indivíduo.

Em relação aos exames de **Urinálise LOTE 4**, são tiras reativas para exames de urina, também conhecido como exame de urina tipo 1 ou pesquisa de EAS (Elementos Anormais e Sedimentoscopia), tem a finalidade de identificar alterações no sistema urinário e renal de adultos e crianças, auxiliando no diagnóstico de patologias renais agudas ou crônicas, de trato alto ou baixo, como presença de cálculos renais, glicosúria (açúcar na urina indicando possibilidade de diabetes), desidratação, infecções urinárias, hematúria (sangue na urina), dentre outras. Os conceitos do exame de urina mudaram pouco ao longo dos anos, e os testes tornaram-se muito mais fáceis de serem realizados com a chegada das tiras impregnadas com reagentes químicos. Novas tecnologias permitiram o desenvolvimento de métodos específicos que apresentam resultados rápidos e exatos para a determinação do pH e densidade e a pesquisa de elementos anormais, que fazem parte do protocolo do exame de urina de rotina e que qualificam ou quantificam elementos presentes em urina, e hoje podem ser identificados com testes realizados em das tiras impregnadas com reagentes químicos.

Com o propósito de evitar um elevado número de equipamentos e reagentes com valores de referência diversos e ter a capacidade física e operacional instalada insuficiente, estes itens estão agrupados em LOTES, para garantir a operacionalização segura e a aferição da qualidade dos exames que serão realizados pela equipe técnica das unidades laboratoriais.

Em relação aos Exames de Teste de Tolerância Oral à Glicose **LOTE 5**, visa o diagnóstico de doença metabólica, diabetes mellitus, doença na qual se verifica um aumento crônico da taxa de glicose no sangue, acompanhado por uma série de sintomas como perda de peso, sede intensa, vontade frequente de urinar e sonolência.

A *American Diabetes Association* recomenda que, para o diagnóstico do DM, o teste inclua dosagens de glicemia apenas no momento da sobrecarga de glicose e 120 minutos depois, sem que seja necessário repetir o procedimento.

Sua utilização principal é na prestação da assistência médica aos usuários na realização de Exames de Bioquímica básica, para auxílio no diagnóstico de diversas patologias clínicas, crônicas e agudas e acompanhamento de terapêuticas.

A Câmara Técnica de Laboratórios tem como função programar as quantidades dos insumos a serem utilizados nos Laboratórios de nossa rede pública, adquiridos pelo Município conforme demandas de exames solicitados pelas Unidades de Saúde. Isto se dá pela necessidade de reposição do estoque de reagentes e materiais de consumo em geral, a fim de que seja dada continuidade às atividades de assistência diagnóstica nas Unidades de Assistência à Saúde da Fundação Municipal de Saúde Niterói (FMS-Niterói), Serviços de Pronto Atendimento, em Urgências e Emergências, na Rede Hospitalar e Básica de Saúde, evitando o risco de desassistência gerada pela falta deles.

Conforme determinação constitucional estabelecida no artigo 37, inciso XXI, regulamentada pela Lei Federal nº 8.666, de 21

de junho de 1993, e suas atualizações, impõem-se à Administração Pública o dever de licitar. A modalidade de Licitação recomendada é o Pregão, através do Sistema de Registro de Preço, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços (art. 15, II), com a fixação da ata por um prazo de validade de 12 meses;

3 – JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

A programação de compras tem por base, o consumo médio mensal destes reagentes, calculado pelo período de um (01) ano. A memória de cálculo relativa a esse consumo está registrada nos Sistema de Informação Laboratorial (COMPLAB) instalado nos Laboratórios da Rede de Saúde Pública da FMS (Miguelote Viana, Largo da Batalha, Vizella, HMCT, HOF e UMAMM) e disponíveis para consulta e segue na forma de estatísticas de produção.

Para se chegar a esses cálculos, é considerada a quantidade de solicitações médicas feitas pelas Unidades de Saúde do Município, acrescidas cerca de 25%, relativos às perdas e as repetições, calibrações e controles diários em 3 níveis (baixo, médio e alto). Por se tratar de uma ARP, a quantidade máxima final é calculada tendo como acréscimo uma margem de 25% a 30%, nos possibilitando a contratação da quantidade total ou não, caso haja algum fator que venha alterar o planejamento, especialmente as campanhas nacionais e declarações de calamidade pública. Ressalta-se que fatores diversos podem influenciar o consumo de reagentes, elevando-os ou diminuindo-os, como por exemplo, a introdução de novas tecnologias, a extinção de outras, a expansão da rede de saúde, as ofertas de novos serviços e estados de calamidade pública, mudanças de protocolos tanto nacionais quanto internacionais.

MEMÓRIA DE CÁLCULO SEGUE ANEXO NAS PLANILHAS DO SISTEMA COMPLAB.

4 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

LOTE 1

item	INSUMOS DE BIOQUÍMICA	Código CATMAT	Unid	Qtde Máx	Qtde Mín
1	Ácido Úrico enzimático	334491	ts	56.250	45.000
2	Albumina colorimétrica com padrão	331742	ts	19.000	15.200
3	Amilase colorimétrica	331734	ts	25.000	20.000
4	Bilirrubina Total p/automação	336250	ts	88.750	71.000
5	Bilirrubina direta p/automação	336253	ts	88.750	71.000
6	Capacidade de Combinação do Ferro	333406	ts	1.375	1.100
7	Cálcio Colorimétrico Arsenizado	331741	ts	46.875	37.500
8	Cloreto Colorimétrico	331743		2.625	2.100
9	Colesterol enzimático	412262	ts	81.250	65.000
10	Creatinina Cinética ou enzimática	333335	ts	188.125	150.500
11	Ck Cinético CK NAC enzimático	334471	ts	28.750	23.000
12	CK fração MB Cinético	333336	ts	23.125	18.500
13	Desidrogenase Láctica LDH Cinético	331837	ts	23.750	19.000
14	Ferro Colorimétrico	331739	ts	13.750	11.000
15	Fosfatase Alcalina Cinética	331735	ts	81.875	65.500
16	Fósforo UV	376815	ts	20.625	16.500
17	Gama GT cinética	331737	ts	88.125	70.500
18	Glicose Enzimática	333480	ts	166.250	133.000
19	HDL – Colesterol s/precipitação	331754	ts	80.000	64.000
20	Lipase colorimétrica	386986	ts	24.375	19.500
21	Magnésio colorimétrico	331738	ts	33.125	26.500
22	Proteína no LCR e urina – dosagem	335045	ts	2.875	2.300
23	Proteínas totais colorimétrica	350233	ts	18.750	15.000
24	Transaminase oxaloacética cinética	334463	ts	103.750	83.000
25	Transaminase Pirúvica cinética	333459	ts	103.750	83.000
26	Triglicerídeos enzimático	331733	ts	81.375	65.100

27	Uréia Cinética	334466	ts	180.000	144.000
28	Lactato Colorimétrico	372671	ts	3.375	2.700
29	Dosagem de Sódio por metodologia ISE (eletrodo de íon seletivo)	369996	ts	131.875	105.500
30	Dosagem de Potássio por metodologia ISE (eletrodo de íon seletivo)	382448	ts	131.875	105.500
31	Dosagem de Cloro por metodologia ISE (eletrodo de íon seletivo)	360111	ts	28.750	23.000
32	Alfa-glicoproteína ácida	333330	ts	638	510
33	Transferrida por TURBIDIMETRIA	332710	ts	1.750	1.400
34	PCR ultrasensível por TURBIDIMETRIA	380524	ts	83.750	67.000
35	Ferritina por TURBIDIMETRIA	332711	ts	11.250	9.000
36	Kit para determinação de Microalbuminúria por TURBIDIMETRIA	333405	ts	3.250	2.600
LOTE 02					
37	Hemoglobina Glicada por metodologia de cromatografia líquida de alta performance (HPLC) por troca iônica ou afinidade ao boronato, em equipamento automatizado	386394	ts	42.500	34.000
LOTE 03					
38	Conjunto de soluções e acessórios para realização de Hemograma completo e contagem de plaquetas em equipamento totalmente automatizado, minimamente de 26 parâmetros, com diferencial mínimo em 6 partes	3995552	ts	270.000	238.000
LOTE 04					
39	Tiras Reativas para Urinálise com no mínimo 11 parâmetros	339561	ts	117.000	94.000
LOTE 05					
40	Glicose pura (anidra), aromatizada, para teste de tolerância à glicose – sabor limão – pronta para uso	272119	ts	1.500	1.400

Considerações sobre os Equipamentos para o Lote 1 (Insumos de Bioquímica):

A firma vencedora do Lote 1 (itens 1 ao 36) cujo julgamento será pelo menor preço global, deverá colocar **09 Equipamentos** de Automação em Bioquímica, conforme as especificações que se seguem, nos Laboratórios do Hospital Carlos Tortelly (2), João Vizela (2), Miguelote Viana (1), Largo da Batalha (2), Hospital Orêncio de Freitas(1) e Hospital Mario Monteiro (1), e os equipamentos deverão ter as seguintes especificações:

- Auto-analisador para química clínica de acesso randômico por paciente, ininterrupto;
- Carregamento contínuo, multiparamétrico;
- Velocidade Fotométrica mínima de 400 testes/horas, e mínimo de 140 testes/hora em módulo ISE;
- Lavagem automática das cubetas ou descartáveis;
- Bandeja de reativos refrigerada (2-8 graus Celsius) de no mínimo 45 posições;
- Identificador por código de barras para reagentes (leitor interno ou externo);
- Bandeja de amostras com no mínimo 70 posições;
- Cubetas de amostras e aceitação de tubos primários de 5, 7 e 10 ml e amostras pediátricas;
- No mínimo duas sondas para Pipetagem, distintas para amostras e reagentes;
- Identificação por código de barras das amostras (leitor incorporado) e frascos de reativos;
- Possibilidade de detector de coágulos, fibrinas e bolhas;
- Volume de amostras programáveis;
- Sensor de nível de líquido para amostras, reativos, água e esgoto;
- Sistema de incubação por sistema Peltier;
- Se houver PC incorporado, o mesmo deverá vir acompanhado com monitor de Led;
- Impressora externa para impressão dos resultados a laser;
- Sistema preparado para interfaceamento com SIL (sistema de informação laboratorial) utilizado no momento da aquisição (sistema usado pelo laboratório) bidirecional;
- Software com possibilidade de programação de perfis e emergências a qualquer momento;
- Idioma preferencialmente em português;

- Sistema com plataforma em Windows;
- Consumo de água de no máximo 28 litros/horas;
- Possibilidade de relatório de consumo de reagentes bem como lotes de reagentes rastreáveis;
- Deverá possuir sistema de diluição e reprocessamento das amostras;
- Repetição de amostras patológicas automáticas;
- Monitoramento do volume de amostra e reativo “on line”;
- Controle de qualidade, Estatísticas. Gráficos de Levey-Jennings e regras de Westgard, com possibilidade de escolha dos tipos de regras;
- Equipamento deverá vir acompanhado de sistema de proteção elétrica (no-breaks SENOIDAL);

Considerações sobre os Reagentes do Lote 1:

- Todos os produtos devem ser prontos pra uso em frasco dedicado (próprio para o equipamento).
- Os produtos devem ser preferencialmente da mesma marca em razão da necessidade de padronização dos resultados e laudos;
- No caso da apresentação de produtos de outro fabricante, só será aceito caso estes não excedam ao percentual Máximo de 20% da listagem dos itens do lote, caso não existam no portfólio da empresa ofertante e desde que atendam as especificações técnicas contidas neste termo de referencia em relação da produtividade e confiabilidade dos testes;
- O prazo de validade mínima exigido dos reagentes/kits deveser de 12 (doze) meses a partir da data de entrega;
- Todos os insumos deverão vir completos, contendo bula, e tudo mais que estiver em conformidade com o quantitativo de testes solicitados em cada parcela e no ato de sua entrega.
- **Os itens 06 e 14**, Capacidade de combinação do ferro e ferro colorimétrico, devem utilizar a mesma metodologia;
- **Os itens de 32 à 36** deverão ser realizados pela metodologia Turbidimétrica, e devem ser, preferencialmente, da mesma marca;
- **Os itens 29, 30 e 31** devem ser por metodologia de eletrodo de íon seletivo (ISE);

Considerações sobre os Equipamentos para o Lote 2 (Hemoglobina Glicada):

- A firma vencedora do Lote 2 (item 37), cujo julgamento será pelo menor preço global, deverá colocar **03 Equipamentos** Automatizados, com conforme as especificações que se seguem, nos Laboratórios do **Miguelote Viana (1), João Vizela (1) e Largo da Batalha (1)**, conforme as seguintes especificações:
- Equipamento para determinação de hemoglobina A1c (HbA1c) em sangue total em EDTA, com possibilidade de utilização em amostras heparinizadas oriundas de gasometria.
- Metodologia por Cromatografia Líquida de Alta Performance (HPLC) por troca iônica e/ou afinidade ao Boronato;
- Sistema de abastecimento de amostras contínuas (auto sample), livre de interferências (inclusive hemólise), com curva de variação menor que 2%;
- Velocidade mínima de 60 amostras/hora;
- Capacidade de fornecimento de resultados em % ou mmol/ml, conforme referências;
- Kit com calibradores e controles inclusos;
- Coluna para mínimo de 1000 injeções;
- Possibilidade de uso de amostras de pacientes com baixo hematócrito;
- Possibilidade de diluição manual para amostras com altas concentrações;
- Se houver PC incorporado, o mesmo deverá vir acompanhado com monitor Led ou Lcd;
- Impressora externa para impressão dos resultados a laser;
- Idioma preferencial português;
- Sistema com plataforma em Windows;
- Equipamento deverá vir acompanhado de sistema de proteção elétrica (No-break SENOIDAL);

Considerações sobre os Equipamentos para o Lote 3 (Hematologia):

Colocação de **11 Equipamentos** com no mínimo 26 parâmetros e diferencial em 06 partes, conforme as especificações que se seguem, a serem instalados nos Laboratórios do **Hospital Carlos Tortelly (2), João Vizela (2), Miguelote Viana (1), Largo da Batalha (2), Hospital Orêncio de Freitas(2) e Unidade de Pronto Atendimento Mario Monteiro (2)**, com as seguintes especificações:

- Os equipamentos deverão ser totalmente automatizados, com pipetagem automática em tubo fechado, carregamento contínuo em rack sem a necessidade de parar o equipamento, gerenciamento de amostras de urgências e possuir sistema de homogeneização de amostras, volume de aspiração em módulos manual e automático;

- Todos os equipamentos deverão apresentar os parâmetros básicos e de investigação para sangue total e reticulócitos: WBC, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC PLT, NEUT%, LYMPH%, MONO%, EO%, BASO%, IG%, NEUT#, LYMPH#, MONO#, EO#, BASO#, IG#, RDW, PDW, MPV, PCT, RET%, RET#;
- Contagem global e específica da série branca, com alarmes para alterações qualitativas, quantitativas e imaturidade das diferentes populações celulares, com autocorreção do total de leucócitos diante das hemácias nucleadas, com gráfico de distribuição dos leucócitos;
- Um dos equipamentos a ser instalado no Hospital Municipal Carlos Tortelly, deverá ter habilitação para além da análise de sangue total, outros líquidos biológicos (líquido ascítico, pleural, pericárdio, pancreático, peritoneal, sinovial) incluindo o LCR (líquido cefalorraquidiano), a contagem deverá ser automática com no mínimo 5 parâmetros, global e específica, **COMPROVADAMENTE** para líquidos biológicos no manual do equipamento;
- Os equipamentos deverão ter velocidade de análise de amostras de no mínimo **70** testes/hora;
- Dosagem de hemoglobina livre de cianeto;
- Aviso da presença de grumos plaquetários e detector de coágulos;
- Ausência de interferência de hiperleucocitose sobre o hematócrito;
- Ter calibração auto- Checagem e limpeza automáticas;
- Os equipamentos deverão estar capacitados a utilizar tubo primário, tubos pediátricos, microtubos e permitir a inserção manual do tubo de amostra no equipamento;
- Os equipamentos deverão permitir Lis Bidirecional;
- Os equipamentos deverão possuir contagem de células pelos métodos impedância, Citometria de fluxo, fluorescência, fotometria ou tecnologia ótica e laser;
- Os equipamentos deverão possuir sistema de identificação de amostras alfa numéricos, e a utilização concomitante de tubos primários identificados com código de barras;
- Os equipamentos deverão possuir software em plataforma Windows;
- Armazenamento de no mínimo 10.000 (dez mil) resultados *on board* com gráfico;
- Os equipamentos deverão apresentar sistema para controle de qualidade com leitura de Gráfico Levey-jennings;
- Os resultados do controle de qualidade deverão ficar armazenados no equipamento;
- Os reagentes utilizados deverão ser da mesma marca do fabricante do equipamento, os quais deverão ser acondicionados em frascos que se adaptem diretamente aos equipamentos;
- Alarmes para finalização de reativo e esgoto cheio;
- Os equipamentos deverão possuir sistema de emissão de laudos, para guarda de dados brutos, através de impressora externa, a laser, com fornecimento de todos os insumos e acessórios necessários a realização desta função e em quantidade compatível com os testes adquiridos;
- Os equipamentos deverão vir acompanhados de um sistema de proteção elétrica (Nobreaks Senoidal) por equipamento, com capacidade mínima de 60 min. de interrupção de energia;
- Os equipamentos oferecidos deverão ser comprovadamente novos e estar em linha de fabricação, comprovada por declaração do fabricante do equipamento, a ser apresentada no momento da habilitação do processo licitatório, podendo ter no máximo 02 anos de utilização, comprovada por meio de Nota Fiscal do Fabricante do equipamento e/ou documento emitido pelo fabricante com informações a constar como: número de série e data de fabricação, data de registro;

Considerações sobre os Equipamentos para o LOTE 4:

A empresa vencedora deverá disponibilizar **06 Equipamentos**, conforme as especificações que se seguem, a serem instalados nos Laboratórios do Hospital Carlos Tortelly (1), João Vizela (1), Miguelote Viana (1), Largo da Batalha (1), Hospital Orêncio de Freitas(1) e Unidade de Pronto Atendimento Mario Monteiro (1), com as seguintes especificações:

- Carregamento contínuo de tiras para leitura e análise de elementos anormais na urina;
- Capacidade mínima de 300 testes/hora;
- Saída para impressora externa;
- Capacidade de inserção de amostras de emergência;
- Capacidade de armazenamento de dados;
- Compartimento para descarte de fitas usadas;
- Transporte, leitura e descarte de tiras feitos automaticamente pelo equipamento após alimentação feita pelo operador;
- Identificação através do teclado numérico;
- Registro automático de resultados;
- "flags" para resultados alterados;
- Os equipamentos deverão vir acompanhados de leitores de código de barras;

Considerações sobre os Reagentes do Lote 4:

- As Tiras reativas deverão ser individuais, e virem completas, contendo bula, acessórios e todos os insumos necessários

para a realização e leitura dos testes, assim como para a liberação dos resultados;

- As Tiras reativas deverão fornecer resultados qualitativos/quantitativos de Glicose, Sangue, Leucócitos, Proteínas, Urobilinogênio, Bilirrubina, Nitrito, Cetonas, PH, Densidade e Ácido Ascórbico ou que reagentes para eliminação de interferência do ácido ascórbico.
- Devem possuir controle de qualidade interno diário, que devem estar adequados a todo o quantitativo adquirido, além de papel para impressão em impressora interna ou externa, em conformidade com o quantitativo de testes solicitados em cada parcela e no ato de sua entrega;
- Fica na obrigatoriedade das firmas vencedoras a apresentação da ficha de informação de biossegurança dos produtos químicos utilizados na realização dos testes;
- As Tiras reativas deverão conter área para determinação de ácido ascórbico OU conter reagentes que eliminem a interferência do ácido ascórbico.

Considerações sobre os Reagentes do Lote 5:

- Este produto deverá ser pronto para uso, ter apresentação individual, líquida, deverá ser de sabor limão haja vista a maior aceitabilidade por parte dos usuários em relação a esse sabor;
- Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens de fábrica, sempre que for o caso, de forma a manter sua integridade e não serem danificados durante o transporte. As embalagens de fábrica deverão vir com todos os itens que acompanham a caixa original.
- Este produto deverá ter Registro no Ministério da Saúde/ ANVISA;

I - Em caso de divergência existente entre as especificações do(s) objeto(s) descritas no cadastro do Catálogo de Materiais e Serviços do Ministério da Economia e as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

5 – MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

5.1 – As retiradas da ARP dar-se-ão em 2 parcelas semestrais.

6 – CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

6.1 – Os atestados de capacidade técnica apresentados como critério de qualificação deverão ser em papel timbrado, assinados e carimbados, contendo observações quanto ao suporte técnico da empresa, quanto à rastreabilidade e confiabilidade dos exames, quanto à qualidade efetiva de execução dos exames bem como a qualidade de atendimento em relação aos prazos de entrega dos reagentes;

6.2 - O prazo de validade mínimo exigido para os reagentes/kits deverá ser de 12 meses a partir da data de entrega do produto;

6.3 - No ato da entrega do 1º pedido, as empresas contratadas deverão entregar concomitantemente os protocolos dos testes NA LÍNGUA PORTUGUESA;

6.4 - No momento da licitação, deverão ser anexados às propostas, os Folders com foto e contendo as especificações dos equipamentos;

6.5 - Registro no Ministério da Saúde para todos os itens;

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 - EM CUMPRIMENTO À LEI FEDERAL RDC 302 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005:

a) Apresentação de Certificado de regular inscrição da sociedade junto ao órgão de classe competente, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico, quando a atividade assim o exigir. Todo laboratório deverá apresentar **certificado de regular inscrição** da sociedade junto ao órgão de classe competente, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico quando a atividade assim o exigir;

b) Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação.

A qualificação técnica é a limitação imposta por lei aos licitantes com o objetivo de assegurar a qualidade e a garantia de execução do objeto contratado pela Administração Pública. Está estabelecida pela RDC nº 208 de 05 de janeiro de 2018, que visa garantir a qualidade através do fornecimento de informações qualificadas e avaliadas por órgãos idôneos, a fim de preservar a licitação quanto à uma possível compra inadequada, incluindo a apresentação de **atestado de qualificação técnica**;

7.2 - EM CUMPRIMENTO À LEI FEDERAL RDC 208 DE 05 DE JANEIRO DE 2018:

c) Autorização de funcionamento (AFE), comum e/ou específica, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O Certificado de Autorização de Funcionamento (Certificado de AFE) é um documento emitido pela Anvisa que comprova que a empresa está autorizada a exercer as atividades descritas no certificado. Nele, constam o número da autorização da empresa e seu endereço;

7.3 - EM CUMPRIMENTO À LEI FEDERAL RDC 36 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

d) Os licitantes deverão apresentar todos os Certificados de Registro dos Produtos e Insumos que por ventura constarem neste certame, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O registro é o que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, dada pela Anvisa. Para que os produtos sujeitos à fiscalização pela vigilância sanitária sejam

registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência. O **registro** é o que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, dada pela Anvisa. Trata-se de um controle feito antes da comercialização, cabendo à empresa fabricante ou importadora a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos registrados junto à Anvisa, visando minimizar os riscos à saúde. Para que os produtos sujeitos à fiscalização pela vigilância sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência, e a que lei que dispõe sobre o registro e cadastro de produtos para diagnóstico in vitro é a RDC nº 36/2015. Todas os registros após concedidos, são publicadas em Diário Oficial da União (DOU) e isso é suficiente para comprovar essa concessão dada pela Anvisa. Somente após essa confirmação, o produto está autorizado a ser comercializado em território nacional. Portanto, estamos falando de uma condição legal e a permanência dos sub-itens mencionados, e de modo algum limita a participação de ninguém que esteja legalmente habilitado. Isto é válido para TODOS os produtos relacionados ao Diagnóstico in vitro (<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/produtos-para-a-saude/diagnostico-in-vitro/registro>)

8 – DEVERES DO CONTRATANTE

- 8.1 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas na ata de registro de preço;
- 8.2 - Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- 8.3 - Exercer a fiscalização do contrato;
- 8.4 - Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital, na ata de registro de preço.

9 – DEVERES DA CONTRATADA

- 9.1 Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados na nota de empenho, na presença de servidor devidamente autorizado;
- 9.2 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- 9.3 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 9.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
- 9.5 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- 9.6 A empresa vencedora fica na obrigação de oferecer treinamento ao usuário do equipamento quando o mesmo nunca tiver sido utilizado pela rede ou quando for necessário, sendo para isso, fornecidos todos os insumos necessários por parte da contratada, exclusive a quantidade licitada;
- 9.7 Caso seja necessário, a(s) empresa(s) vencedora(s) dos lotes 1 e 3 deverá(ão) ficar responsável(veis) pela manutenção das condições de climatização do ambiente compatível com o consumo em BTUs do equipamento, a fim de garantir a reprodutibilidade dos testes, bem como garantir a qualidade dos reagentes e a segurança do próprio equipamento;
- 9.8 A empresa vencedora deverá oferecer Assistência Técnica com cronograma de manutenção preventiva, realizado por profissionais qualificados e devidamente cadastrados em conselho de classe, efetuando as eventuais substituições de peças, e deverá disponibilizar juntamente com a instalação do equipamento, manual de operação impresso em língua portuguesa;
- 9.9 A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) LOTE(S) deverá atender aos pedidos de manutenção corretiva com urgência em um prazo máximo de 24h e, quando for necessária a troca de peças, em um prazo máximo de 72 horas para execução do serviço e deverá ter Assistência Técnica sediada próxima da cidade de Niterói – RJ, a fim de que possam garantir o atendimento no tempo solicitado. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá prestar atendimento da manutenção corretiva nas **Unidades Hospitalares e de Emergência** num prazo máximo de 6 horas a partir da solicitação (incluindo sábados, domingos e feriados) e com troca por outro equipamento, caso o tempo de manutenção ultrapasse o prazo de 24 horas.
- 9.10 A empresa deverá fornecer o Protocolo de Biossegurança do equipamento bem como a apresentação da ficha de informação de biossegurança dos produtos químicos utilizados na realização dos testes;
- 9.11 A(s) empresa(s) vencedora(s) dos lotes 1, 2 e 3, que tem instalação de equipamentos:
 - Deverá(ão) ficar totalmente responsável pelo sistema de Interfaceamento bidirecional dos equipamentos com o sistema informatizado que estiver funcionando à época do Pregão, atualmente sistema de informação laboratorial (SIL) COMPLAB, permitindo a interface dos resultados obtidos direto do programa. Suporte total do interfaceamento, com a colocação de um computador com monitor em LCD, NO BREAK com capacidade para suportar quedas de eletricidade ou falta de energia por mais de 1h, a colocação de uma impressora de código de barras (impressão térmica), em cada Unidade, para impressão das etiquetas de identificação de amostras, e demais periféricos assim como todos os insumos e acessórios necessários ao total funcionamento do serviço, num prazo máximo de 15 dias após instalação do equipamento;
 - Considerando que os equipamentos devem ser munidos de impressora externa à laser, embora intrínseca ao sistema, firma vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para seu funcionamento: papel para impressora (A4) e toner suficiente para impressão de todos os dados brutos.
 - Para atendimento dos protocolos de Biossegurança regidos pela RDC 302/2005, empresa deverá fornecer todos os

insumos necessários para o tratamento do esgoto gerado pelo equipamento, em quantidade compatível ao número de testes e em período a ser definido com cada um dos Laboratórios;

- Todos os insumos necessários para funcionamento do equipamento deverão ser fornecidos pela empresa vencedora: cubetas de reação, cubetas de amostras, frascos de reativos, etc.;
- Reagentes que apresentem facilidade de contaminação, alheias ao manuseio, identificadas pelos responsáveis técnicos, serão relatados em Formulário de Não Conformidade e deverão ser repostos pela empresa, sem ônus ao contratante;
- No caso de atraso no conserto e extrapolação do prazo determinado em 100% do tempo (48 horas), a empresa ficará responsável pelos custos de encaminhamento dos exames para algum outro local que possa executar com qualidade os exames prejudicados com a falta do equipamento, dentro dos prazos estabelecidos nos protocolos internos de liberação de laudos, afim de que não haja prejuízo para os usuários da rede pública de Niterói;
- A empresa deverá fornecer o Protocolo de Biossegurança do equipamento bem como a apresentação da ficha de informação de biossegurança dos produtos químicos utilizados na realização dos testes;

9.12 Em razão da necessidade de produção de água reagente Grau 1, em cada Unidade, a empresa vencedora do Lote 1 deverá instalar uma estação de tratamento de água por metodologia de osmose reversa, devendo possuir total suporte, como: troca de filtros e todos os acessórios necessários para sua instalação, bem como possuir monitoramento da qualidade da água (Condutivímetro), vir acompanhado de guia rápido e manual em português;

9.13 Reagentes que apresentem facilidade de contaminação, alheias ao manuseio, identificadas pelos responsáveis técnicos, serão relatados em Formulário de Não Conformidade e deverão ser repostos pela empresa, sem ônus ao contratante;

9.14 Serão devolvidos todos e quaisquer produtos que apresentem validade inadequada e em desacordo com o solicitado, assim como outras exigências de qualidade e cuja especificação esteja em desacordo com a Ata de Registro de Preços.

9.15 A empresa vencedora do Lote 3 (Hemograma Completo), deverá oferecer todos os calibradores e sangues-controle necessários a fim de garantir a qualidade da reprodução dos testes, e em quantidade suficiente p/ avaliação diária dos parâmetros em 3 níveis, (alto, normal e baixo) **exclusive** a quantidade de testes adquiridos, bem como atender as normas da RDC 302/98;

9.16 Os equipamentos oferecidos nos Lotes 1, 2 e 4 não poderão ter mais de 5 anos de uso, comprovados através de Nota Fiscal, e deverá estar em linha de produção, de modo a ter disponibilidade de peças de reposição originais, quando necessário.

9.17 Os equipamentos oferecidos nos Lotes 3 não poderão ter mais de 2 anos de uso, comprovados através de Nota Fiscal, devendo estar em linha de produção, de modo a ter disponibilidade de peças de reposição originais, quando necessário.

9.18 Os equipamentos deverão ser instalados imediatamente após a liberação do empenho referente à primeira solicitação de retirada de ata, anteriormente ao dia da entrega dos reagentes, e poderão ser retirados quando do término do estoque destes insumos;

10 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

PARA O LOTE 1, 2 e 3:

- Claudio Manoel da Silva – Chefe do Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha- mat. FMS 435.494-0
- Maria de Fátima Rohen Araujo – Chefe do Serviço de Patologia Clínica do Hospital Municipal Carlos Tortelly – mat.FMS. FMS 434-087-3

PARA O LOTE 4:

- Robertha Serique Baptista- Chefe do Laboratório da Policlínica João Vizella - mat. FMS 437.498-1
- Julio Queiroz Filho Chefe do Serviço de Patologia Clínica do Hospital Municipal Orêncio de Freitas - mat. FMS

PARA O LOTE 5:

- Claudia Nascimento de Oliveira – Chefe Administrativo do LMV - mat. FMS 436.185-3
- Claudio Manoel da Silva – Chefe do Laboratório do Largo da Batalha- mat. FMS 435.494-0

11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 6.585.888,87** (seis milhões quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

12 – PRAZO DE EXECUÇÃO (informado pelo fiscal do contrato)

O prazo de entrega descritos no Termo de Referência do Objeto, será de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da nota de Empenho.

Os equipamentos deverão ser instalados 10 dias antes da entrega de reagentes (logo após a liberação do empenho), referente à 1ª solicitação de retirada de ATA dos reagentes e poderá ser retirado quando do término do estoque destes insumos, sendo que a entrega dos reagentes deve respeitar prazo máximo de 10 dias corridos após a liberação do empenho;

Em relação ao interfaceamento dos equipamentos com o sistema de informação laboratorial, este deverá ser realizado num prazo máximo de 15 dias após instalação do equipamento;

É imprescindível que as datas e os horários da entrega sejam comunicados a Unidade Solicitante, por escrito, com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas úteis.

Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens de fábrica, sempre que for o caso, de forma a manter sua integridade e não serem danificados durante o transporte.

As embalagens de fábrica deverão vir com todos os itens que acompanham a caixa dos originais.

LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS CONTRATADOS:

O recebimento dos reagentes será realizado pelo ALLAB – Almoxarifado Central – Avenida Ary Parreiras s/nº - Praça Vital Brasil - Santa Rosa – Niterói.

A entrega deverá ser realizada no horário das 09:00h às 12:00h e 13:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira, Tel. 2710-3235 e de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente: Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Conformidade e será realizado no ato da entrega dos itens no ALLAB – Almoxarifado Central.
- b) Definitivamente: Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Aceitação, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do Recebimento Provisório, após verificada a conformidade com as especificações correspondentes ao Termo de Referência deste Edital, com a conseqüente aceitação e/ou recusa.

O recebimento dos equipamentos será feito nas unidades conforme descrição abaixo:

• **Para o Lote 1: TOTAL DE 9 EQUIPAMENTOS**

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

1 EQUIPAMENTO: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

• **Para o Lote 2: TOTAL DE 3 EQUIPAMENTOS**

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

1 EQUIPAMENTO: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

• **Para o Lote 3: TOTAL DE 11 EQUIPAMENTOS**

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

2 EQUIPAMENTOS: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

• **Para o Lote 4: TOTAL DE 6 EQUIPAMENTOS**

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida Machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

1 EQUIPAMENTO: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

1 EQUIPAMENTO: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

1 EQUIPAMENTO: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

13 - PENALIDADES

13.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;

- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- e) Descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

13.2 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

13.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 13.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 13.1, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 13.1, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

13.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 13.1:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

13.5 Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

13.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 13.1:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

13.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 13.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

13.8 A reabilitação referida pelo item 13.6 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

13.10 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 13.1, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

13.13 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.14 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

13.15 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 13.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

13.16 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.17 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).

13.18 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

13.19 Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 13.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

13.20 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação da multa.

13.21 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 - BLOCO DE FINANCIAMENTO / COMPONENTE

FONTE: 1.600.50 / 1.600.99 / 1.621.50 / 1.621.99 / 1.704.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.302.0133.6156

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

15 – AÇÃO VINCULADA NA PAS

Esta solicitação se vincula na operacionalização no EIXO 2 – MAC – Assegurar recurso financeiro para aquisição de reagentes de laboratórios e poderá ser complementada com ações propostas no EIXO 4 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Assegurar o acesso ao diagnóstico do HIV e realização de exames laboratoriais.

Niterói, 11 de outubro de 2022

Maria Claudia P. Guedes de Uzeda
Direção do Laboratório de Saúde Pública Miguelote Viana
Mat.FMS 229070-8

Claudio Manoel da Silva
Chefe do Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha
Mat.FMS 435.494-0

Maria de Fátima Rohen de Araújo
Chefe do Serviço de Patologia Clínica do Hospital Municipal Carlos Tortelly
Mat. FMS 434-087-3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI**

A Fundação Municipal de Saúde de Niterói, CNPJ sob o nº 32.556.060/0001-81, sediado na rua Visconde de Sepetiba, 987/8º andar, Centro, /Niterói - RJ, representada pela Sr. Presidente **ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER**, portador da Carteira de **Identidade nº 08126609-0** e inscrito no **CPF sob o nº 379.621.326-04**, conforme competência que lhe foi delegada através da Portaria Municipal nº _____ doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em face da classificação das propostas de preços no Pregão, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2023**, publicada No Diário Oficial de/...../200....., processo administrativo nº **200/11651/2022**, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 11.117/2012, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA EXAMES DE BIOQUÍMICA, EXAMES DE TESTE ORAL DE TOLERÂNCIA À GLICOSE, HEMATOLOGIA E URINÁLISE POR METODOLOGIAS DIVERSAS, DESCRITAS NAS ESPECIFICAÇÕES DE CADA LOTE, ALGUNS COM COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EM REGIME DE COMODATO, A SEREM INSTALADOS NOS LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA MIGUELOTE VIANA, LABORATÓRIO DA POLICLÍNICA DO LARGO DA BATALHA, LABORATÓRIO DA POLICLÍNICA DO BARRETO JOÃO DA SILVA VIZELLA, LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY, LABORATÓRIO DO HOSPITAL ORÊNCIO DE FREITAS E LABORATÓRIO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MÁRIO MONTEIRO**, especificado(s) nos itens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão nº **07/2023**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2 Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá (ão) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
XX	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid	Quant	Valor Unitário	Prazo de garantia ou Validade

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preço, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto municipal nº 10.005/06 e na Lei nº 8.666/1993.

3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preço, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem registrados, obedecida a ordem de classificação.

3.3 Caberá ao fornecedor do material beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, nas quantidades registradas em Ata, Comissão Permanente de Licitação desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.5 As quantidades mínimas informadas neste Edital são meramente estimativas, elaboradas com base na demanda prevista, não vinculando a Administração a adquirir integralmente os quantitativos mínimos previstos no Termo de Referência do Edital.

3.6 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.6.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do

registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.7 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.8 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.9 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9.1 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.10 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.11 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.11.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3.12 Considerando o regime de Sistema de Registro de Preços, as quantidades constituem mera estimativa, não constituindo, em hipótese alguma, compromissos futuros para a FMS, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

4. DO PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 1.600.50 / 1.600.99 / 1.621.50 / 1.621.99 / 1.704.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.302.0133.6156

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

4.1.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

4.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, em parcela única ou de modo parcelado, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, contado do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

4.2.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

4.3 A(s) Nota(s) Fiscal(s) Eletrônica(s)² – NfeI(s)/Fatura deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pelo MUNICÍPIO de NITERÓI na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

4.4 Ficam excluídos da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal eletrônica Inteligência – Nfel, os seguintes contribuintes:

- contribuintes profissionais autônomos que tenham o recolhimento da ISSQN efetuado através de tributação fixa;
- contribuintes pessoas físicas optantes pelo Regime Tributário do Simples nacional qualificados como Microempreendedor Individual – MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas.
- bancos e instituições financeiras, autorizadas pelo BACEN.

4.5 A(s) NfeI(s)/Fatura deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

² A Nota Fiscal eletrônica Inteligente – NfeI será emitida por meio da Internet no endereço eletrônico WWW.niteroi.rj.gov.br ou WWW.webiss.com.br/rjniteroi, mediante a utilização de senha e login fornecidos aos contribuintes durante o procedimento de cadastramento eletrônico, na forma regulamentada neste Decreto.

4.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.7 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) de acordo com o empenho gerado no ato da contratação, em favor da Fundação Municipal de Niterói.

4.8 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

4.9 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Município de Niterói isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

4.10 Já estarão retidos na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

4.11 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

4.12 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC – Índice de Preços no Consumidor e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

5 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES.

5.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- e) Descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

5.2 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

5.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 5.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 5.1, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 5.1, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

5.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 5.1:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

5.5 Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

5.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 5.1:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

5.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 5.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

5.8 A reabilitação referida pelo item 5.6 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

5.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

5.10 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 5.1, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

5.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

5.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

5.13 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

5.14 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

5.15 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 5.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

5.16 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

5.17 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).

5.18 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

5.19 Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 5.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

5.20 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação da multa.

5.21 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6. VALIDADE DA ATA

6.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FMS-Niterói não será obrigada a adquirir os itens referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.8 O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.9.1 por razão de interesse público; ou

7.9.2 a pedido do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 10.005 de 2006. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

9. DA PUBLICAÇÃO

9.1 A publicação dos preços registrados será efetuada no Diário Oficial do Município, trimestralmente, em cumprimento ao disposto no art. 15, § 2º da Lei 8666/93.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito desde já o foro da Justiça da Comarca de Niterói para dirimir questões oriundas desta Ata, renunciando as partes a qualquer outro por privilegiado que seja.

Niterói, _____ de _____ de 2023

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social :
CNPJ:
Inscrição Municipal e/ou Estadual:
Endereço:
Bairro:
CEP:
Cidade:
Estado
Telefone:
Email:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
VALOR TOTAL:						
VALOR TOTAL POR EXTENSO:						

Optante pelo Simples Nacional

Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ
(dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO IV**TERMO DE COMODATO N°****MINUTA****Termo de Comodato que entre si celebram a
Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a****Empresa _____**

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FMS**, CNPJ/MF nº 32.556.060/001-81, entidade criada pelo Decreto nº 5994 de setembro de 1990, com sede na R. Vde. De Sepetiba, 987 8º andar, Centro-Niterói / RJ, neste ato representada pelo Sr. Presidente **ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER**, portador da Carteira de Identidade nº **081266090** e inscrito no CPF sob o nº **379.621.326-04**, conforme competência que lhe foi delegada através da Portaria Municipal nº **11/2022**, doravante denominada COMODATÁRIA, e a empresa neste ato representada por, brasileiro (a), casado (a), identidade nºe CPF nº, doravante denominada COMODANTE, celebram o presente termo em decorrência do PREGÃO ELETRÔNICO nº **19/23**, em conformidade com a Lei 8.666/93, pelo disposto nos artigos 579 a 585, do Código Civil e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA EXAMES DE BIOQUÍMICA, EXAMES DE TESTE ORAL DE TOLERÂNCIA À GLICOSE, HEMATOLOGIA E URINÁLISE POR METODOLOGIAS DIVERSAS, DESCRITAS NAS ESPECIFICAÇÕES DE CADA LOTE, ALGUNS COM COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EM REGIME DE COMODATO, A SEREM INSTALADOS NOS LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA MIGUELOTE VIANA, LABORATÓRIO DA POLICLÍNICA DO LARGO DA BATALHA, LABORATÓRIO DA POLICLÍNICA DO BARRETO JOÃO DA SILVA VIZELLA, LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY, LABORATÓRIO DO HOSPITAL ORÊNCIO DE FREITAS E LABORATÓRIO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MÁRIO MONTEIRO

1.2 Inclui-se a prestação de assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

1.3 Fornecer os itens com validade adequada, de acordo com o solicitado, com as exigências de qualidade e com as especificações do Termo de Referência, sob pena de devolução;

1.4 Quanto ao(s) produto(s)/equipamento(s) fabricado(s) no exterior, deverá(ão) trazer todas as informações em seus manuais, rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

a) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente termo de comodato;

b) Exercer a fiscalização do termo de comodato;

c) Receber provisória e definitivamente o objeto do termo de comodato, nas formas definidas no edital.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATANTE

a) Entregar os equipamentos da presente cessão em comodato, sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA.

b) A COMODATANTE deverá oferecer Assistência Técnica com cronograma de manutenção preventiva, realizado por profissionais qualificados, efetuando as eventuais substituições de peças, e deverá disponibilizar juntamente com a instalação do equipamento, manual de operação impresso em língua portuguesa e guia rápido;

c) A COMODATANTE deverá fornecer treinamento aos servidores e técnicos que irão operar os equipamentos simultaneamente com a instalação dos equipamentos, o qual deverá ser agendado junto aos respectivos responsáveis pelos Serviços;

d) A COMODATANTE deverá atender aos pedidos de manutenção corretiva com urgência, de todas as Unidades onde tiver equipamento instalado, em um prazo máximo de 24h, inclusive sábados, domingos e feriados;

e) Incumbe ao COMODATANTE o ônus da prova da origem do defeito

empresa vencedora fica na obrigação de oferecer treinamento ao usuário do equipamento quando o mesmo nunca tiver sido utilizado pela rede ou quando for necessário, sendo para isso, fornecidos todos os insumos necessários por parte da contratada, exclusive a quantidade licitada;

CLÁUSULA QUINTA: QUANTO AOS EQUIPAMENTOS:

- **Para o Lote 1: TOTAL DE 9 EQUIPAMENTOS**

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

1 EQUIPAMENTO: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

- **Para o Lote 2: TOTAL DE 3 EQUIPAMENTOS**

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

1 EQUIPAMENTO: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

- **Para o Lote 3: TOTAL DE 11 EQUIPAMENTOS**

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

2 EQUIPAMENTOS: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

2 EQUIPAMENTOS: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

2 EQUIPAMENTOS: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

- **Para o Lote 4: TOTAL DE 6 EQUIPAMENTOS**

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Municipal Carlos Tortelly – Rua Desembargador Athaide Parreiras nº 266 – Bairro de Fátima – CEP 24070-090

1 EQUIPAMENTO: Laboratório Central de Saúde Pública Miguelote Viana – Avenida Ary Parreiras s/nº - Bairro Vital Brazil – CEP 24230-340

1 EQUIPAMENTO: Laboratório do Hospital Orêncio de Freitas – Avenida Machado s/nº - Barreto – CEP 24111-000

1 EQUIPAMENTO: Unidade de Emergência Mario Monteiro – Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/nº - Piratininga

1 EQUIPAMENTO: Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha – Rua reverendo Armando Ferreira nº 30 – Largo da Batalha – CEP 24310-340

1 EQUIPAMENTO: Policlínica do Barreto João Vizella – Rua Luiz Palmier – Barreto

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO E DENÚNCIA
Este termo de comodato poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações *ou* condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitada a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste termo de comodato, nos termos da legislação em vigor, será de incumbência da COMODATÁRIA, e ocorrerá em até 20 (vinte) dias a contar da assinatura do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Fica eleito desde já o Foro da Justiça da Comarca de Niterói para dirimir questões oriundas deste TERMO, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas.

Niterói, de de .

ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
COMODATÁRIA

COMODANTE

Testemunhas:

1) _____

2) _____

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada no
_____ (endereço completo), declara, sob as penas do art.86 da
Lei nº8.666/93, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

_____ (Local) ____ de _____ de 202__.

(Nome e Assinatura do representante legal)